



RELATÓRIO

SEMINÁRIO COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

Brasília, 12 e 13 de dezembro de 2018

Copyright© 2019

Centro Internacional de Políticas para o Desenvolvimento Inclusivo
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) é uma parceria entre as Nações Unidas e o Governo do Brasil para promover o aprendizado Sul-Sul sobre políticas sociais. O Centro especializa-se em recomendações políticas com base em pesquisa, para fomentar a redução da pobreza e desigualdade, bem como promover o crescimento inclusivo. O IPC-IG está ligado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil, ao Ministério da Economia (ME) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) do Governo do Brasil.

Diretor Interino: Niky Fabiancic

Coordenadores Sênior de Pesquisa: Diana Sawyer,
Fábio Veras Soares, Rafael Guerreiro Osorio e Sergei Soares

Oficial Sênior de Comunicações: Denise Marinho dos Santos

Estagiária de Comunicação: Lia Carvalho Kesselring

Relatora das Sessões: Karina Berardo de Souza Teles

Coordenador de Publicações: Roberto Astorino

Assistente Editorial: Manoel Salles

Produção Editorial e Arte: Flávia Amaral e Rosa Maria Banuth

Analista de Programa: Rafael Celso Araújo da Silva

Analista de Projetos e Operações: Lorena Vedekin

Analista de Programa e Operações: Guilherme Paul Berdu

Assistente Executiva: Lídia Ignácio Alves

Fotos: Departamento de Comunicação do IPC-IG e
David Magalhães/Assessoria de Comunicação do Ipea

Esse relatório foi produzido, conjuntamente, pelos Departamentos de Comunicação e de Publicações do IPC-IG para o Ipea e a AFD.

Direitos e permissões — Todos os direitos reservados. O texto e os dados desta publicação podem ser reproduzidos desde que a permissão por escrito seja obtida do IPC-IG e a fonte seja citada. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

O IPC-IG dissemina os resultados de seus trabalhos em andamento para fomentar a livre troca de ideias sobre temas relacionados ao desenvolvimento. As opiniões expressas nas publicações do IPC-IG são as dos autores e não necessariamente aquelas do PNUD ou do Governo do Brasil.

Esta publicação está disponível *online* em www.ipcig.org.

Para mais informações sobre publicações do IPC-IG, por favor entre em contato: publications@ipc-undp.org.



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



RELATÓRIO

**SEMINÁRIO COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:
FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO**

Brasília, 12 e 13 de dezembro de 2018

Publicado em 2019

1 INTRODUÇÃO

A viabilização da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável é atualmente o maior desafio coletivo do planeta. A cooperação para a mobilização de recursos aos países em desenvolvimento é um dos meios para enfrentar esse grande desafio.

Nesse contexto, as discussões em andamento no cenário internacional para estabelecer indicadores direcionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), seja no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) ou da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), são uma oportunidade de realizar estudos voltados para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) em todas as suas dimensões (gastos, práticas, efetividade, etc.), viabilizando uma análise mais precisa de seus resultados.

Dessa maneira, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Agência Francesa de Desenvolvimento (*Agence Française de Développement* — AFD) e o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) uniram esforços para potencializar o alcance de suas pesquisas referentes à análise e às métricas da Cooperação Internacional, principalmente após a adoção da Agenda 2030. Foram desenvolvidos dois estudos em linhas de pesquisa complementares: o primeiro buscou identificar possíveis meios de classificar a ajuda oficial recebida pelo Brasil e seu alinhamento aos ODS; e o segundo analisou a ajuda financeira prestada, em especial por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O primeiro estudo revelou que os atuais indicadores da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (*Official Development Assistance* — ODA) não são suficientes para a identificação de recursos destinados às metas da agenda 2030. Portanto, é necessário criar meios para identificar a alocação dos recursos, a partir do contexto dos ODS. Uma iniciativa nesse sentido, promovida pela OCDE, é o desenvolvimento metodológico do Suporte Oficial Total para o Desenvolvimento Sustentável (*Total Official Support for Sustainable Development* — TOSSD). No entanto, as taxonomias adotadas atualmente para o financiamento ao desenvolvimento não foram projetadas para o contexto dos ODS e tampouco há consenso sobre quais delas serão utilizadas.

A OCDE usa uma classificação própria, o *Common Reporting Standard* (CRS), enquanto a ONU utiliza a Classificação Industrial Internacional Uniforme de todas as atividades econômicas (CIIU/ISIC), que é a base para a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) adotada pelo Brasil. Nesse contexto, uma nova classificação fundamentada nos ODS e nas suas metas desponta como uma solução. Porém, ainda é necessário reavaliar os projetos existentes e reclassificá-los para testar a viabilidade desse novo modelo.

O estudo sobre o crédito concessional do BNDES explorou as operações do Banco no exterior, com foco para a exportação de serviços de engenharia. Apesar da hipótese inicial de que o Brasil poderia ser provedor de crédito concessional, identificou-se que o BNDES não doa dinheiro a países estrangeiros. Em vez disso, o Banco apoia empresas brasileiras interessadas na prestação de serviços no exterior para empresas ou para governos soberanos.

Dessa forma, o BNDES não promove a cooperação, mas a internacionalização de empresas brasileiras, assim como a geração de emprego e renda no país, conforme estabelecido em seu estatuto. O Banco desembolsou 27 vezes mais recursos com obras de infraestrutura no país que no exterior. No período 1998-2015, os três maiores destinos de exportações de serviços de engenharia foram Angola, Venezuela e Argentina.

2 CONTEXTO BRASILEIRO

O Brasil tem uma forte tradição no campo da Cooperação Internacional, principalmente no âmbito multilateral, que remonta à criação da ONU em 1945. Apesar de manter-se como receptor da ODA, nos últimos anos, o país assumiu uma posição de destaque na arena internacional, liderando missões de manutenção da paz no Haiti, disseminando e compartilhando conhecimentos técnicos em políticas sociais, promovendo a proteção e integração local de refugiados no país, ofertando bolsas de estudos em diferentes níveis educacionais para estrangeiros e assegurando o envio de itens de primeiras necessidades às populações afetadas por tragédias naturais e guerras civis.

Tanto como receptor quanto como doador emergente, o Brasil é um importante ator global na cooperação internacional. Avançar nesse duplo papel em tempos de restrições financeiras é um dos desafios a ser enfrentado, principalmente no sentido de aprimorar o instrumental disponível no governo brasileiro para a análise das políticas públicas voltadas à Cooperação Internacional, seja em seu aspecto metodológico ou analítico.

3 OBJETIVO

O propósito do “Seminário de Cooperação Internacional: Financiamento para o Desenvolvimento” foi apresentar, para discussão, os resultados preliminares dos dois estudos mencionados anteriormente, realizados pela Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte), com apoio da AFD e do IPC-IG. Organizado conjuntamente pelo Ipea, pela AFD e pelo IPC-IG, o Seminário realizou-se nos dias 12 e 13 de dezembro de 2018, na sede do Instituto, em Brasília.

4 PÚBLICO-ALVO

O público-alvo do Seminário contempla gestores e servidores públicos, pesquisadores, representantes de embaixadas, de organismos internacionais, do terceiro setor e da sociedade civil com interesse em temas relacionados à Cooperação Internacional e Sul-Sul, ao desenvolvimento sustentável e à Agenda 2030.

5 AGENDA

Dia: 12 de dezembro — das 9h às 18h	
9h às 10h	<p>Mesa de abertura</p> <p>Ivan Tiago Machado Oliveira: Diretor da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) — Ipea</p> <p>Philippe Orliange: Representante Regional da AFD para Brasil e Argentina e Diretor da agência da AFD em Brasília</p> <p>Diana Sawyer: Coordenadora Sênior de Pesquisa do IPC-IG</p>
10h às 12h	<p>Mesa 1 — Métricas da Cooperação Internacional: Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA), Suporte Total ao Desenvolvimento Sustentável (TOSSD), Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) e Cooperação Não Financeira</p> <p>José Eduardo Malta de Sá Brandão: Diretor-Adjunto da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Ipea (moderador)</p> <p>Giorgio Gualberti: Analista de Cooperação para o Desenvolvimento, OCDE</p> <p>João Brígido Bezerra Lima: Coordenador do Estudo sobre os créditos para exportação de serviços de infraestrutura econômica em países estrangeiros, Ipea</p> <p>Márcio Corrêa: Coordenador-Geral de Cooperação Técnica Multilateral, Agência Brasileira de Cooperação (ABC)</p>
14h às 15h40	<p>Mesa 2 — Crédito Concessional</p> <p>Luiz Filipe de Castro Neves: Gerente de Avaliação e Efetividade dos Financiamentos à Exportação, BNDES</p> <p>Ernani Teixeira: Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)</p> <p>João Brígido Bezerra Lima: Coordenador do Estudo sobre os créditos para exportação de serviços de infraestrutura econômica em países estrangeiros, Ipea</p> <p>João Antônio dos Santos Lima: Consultor da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) no Ipea</p> <p>José Alejandro Sebastian Barrios Diaz: Pesquisador Bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional, Ipea</p>
16h às 17h40	<p>Mesa 3 — Crédito Concessional — Debate</p> <p>Luiz Filipe de Castro Neves: Gerente de Avaliação e Efetividade dos Financiamentos à Exportação, BNDES</p> <p>Ernani Teixeira: Professor da UFRJ</p> <p>João Brígido Bezerra Lima: Coordenador do Estudo sobre os créditos para exportação de serviços de infraestrutura econômica em países estrangeiros, Ipea</p> <p>João Antônio dos Santos Lima: Consultor da Cepal no Ipea</p> <p>José Alejandro Sebastian Barrios Diaz: Pesquisador Bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional, Ipea</p>
17h40 às 18h	Encerramento



9h às 10h40

Mesa 4 — Fluxos de recursos da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento destinada ao Brasil e o Desenvolvimento Sustentável

José Eduardo Malta de Sá Brandão: Diretor-Adjunto, Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Ipea

Roberto Sant'Anna: Assessor de Relações Institucionais e Internacionais, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Giorgio Gualberti: Analista de Cooperação para o Desenvolvimento, OCDE

Pali Jobo Lehohla: Consultor Internacional e fundador do *Pan African Institute for Evidence*

11h às 12h40

Mesa 4 — Fluxos de recursos da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento destinada ao Brasil e o Desenvolvimento Sustentável (Cont.)

José Eduardo Malta de Sá Brandão: Diretor-Adjunto, Dinte, Ipea

Roberto Sant'Anna: Assessor de Relações Institucionais e Internacionais, IBGE

Giorgio Gualberti: Analista de Cooperação para o Desenvolvimento, OCDE

Pali Jobo Lehohla: Consultor Internacional e fundador do *Pan African Institute for Evidence*

6 BIOGRAFIA DOS PALESTRANTES

Ivan Tiago Machado Oliveira

Diretor, Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Ipea

É Doutor e Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Estudos Contemporâneos da América Latina pela *Universidad Complutense de Madrid* (UCM). Graduado em Economia pela UFBA. É Pesquisador do Ipea desde maio de 2009. Foi assessor especial — Chefe do Núcleo Econômico da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), de agosto de 2016 a agosto 2017. Foi também Pesquisador visitante na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) em 2010. É autor do livro “A política comercial externa brasileira: uma análise de seus determinantes”, publicado em 2013 pela Editora Saraiva (São Paulo, Brasil). Além disso, organizou diversos livros, publicados pelo Ipea, sobre temas de comércio internacional, investimentos e análise de política comercial.

Philippe Orlange

Representante Regional da AFD para Brasil e Argentina e Diretor da agência da AFD em Brasília

É o atual Diretor Representante Regional Brasil Cone Sul da Agência Francesa de Desenvolvimento. Diplomado em Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris, Philippe Orlange é diplomata de carreira e antes de integrar a AFD em 2011 ocupou vários cargos na administração central do Ministério das Relações Exteriores Francês, no Gabinete do Ministro da Cooperação, bem como nas missões diplomáticas francesas no Congo, Nova York, Quênia, Vietnã, África do Sul, Colômbia. Também ministrou aulas na Universidade Externado de Colômbia, *School Internation and Public Affairs* (SIPA)/ *Columbia University* em Nova York, no Instituto de Estudos Políticos de Paris e no Instituto Católico de Lille.

Diana Sawyer

Coordenadora Sênior de Pesquisa do IPC-IG

Possui Doutorado em Ciências da População pela Universidade de Harvard, EUA (1980). Trabalha como Pesquisadora Sênior e Coordenadora de pesquisa no IPC-IG desde 2009, após deixar o cargo de Diretora do Departamento de Avaliação e Monitoramento do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SAGI/MDS). Alguns destaques de sua carreira acadêmica: Professora-Adjunta do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade da Florida, Gainesville (1981); Pesquisadora visitante na Faculdade de Medicina (1990-1991) da Universidade de Yale e no Instituto de Estudos da População da Universidade de Princeton, EUA (1995-1996). Entrou para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no Brasil, como Professora-Adjunta em 1978. Dedicou a maior parte de sua carreira a essa instituição, até aposentar-se

como Professora Titular em 2007. Atualmente, detém o título de Professora Emérita da mesma instituição. Suas áreas de especialização são: análise demográfica, políticas públicas e populacional, *design* e implementação de sistemas integrados de monitoramento e avaliação de programas sociais, bem como metodologias de avaliação quantitativa de impacto e estudos sobre a pobreza e a vulnerabilidade.

Ernani Teixeira

Professor do Instituto de Economia da UFRJ

É Economista e Doutor em Economia pela UFRJ. É Professor do Instituto de Economia também por essa mesma universidade e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI/UFRJ). Seus trabalhos e estudos concentram-se nos temas de financiamento do desenvolvimento, sistema financeiro, energia e economia internacional. Atuou como Consultor e Pesquisador para a *Foreign Office Britânico*, Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários (CVM)/Confederação Nacional da Indústria (CNI), Instituto de Estudos do Desenvolvimento Industrial (IEDI) e Universidade de Manchester no Reino Unido. Foi economista de carreira do BNDES e superintendente das Áreas de Exportação e Pesquisa Econômica.

Giorgio Gualberti

Analista de Cooperação para o Desenvolvimento da OCDE

É Analista da Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento da OCDE, na Divisão de Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável. Trabalha na análise e no estabelecimento de padrões de financiamento para o desenvolvimento, em particular sobre os ODS, finanças para o desenvolvimento ambiental e relacionado ao clima e sobre o desenvolvimento do TOSSD. Ele possui doutorado pela Universidade de Roma com uma tese sobre políticas energéticas no Sahel, além de ter mais de 15 anos de experiência em desenvolvimento internacional, tanto na academia como em instituições multilaterais.

Luiz Filipe de Castro Neves

Gerente de Avaliação e Efetividade dos Financiamentos à Exportação, BNDES

É graduado em Economia e ingressou no BNDES em 1998. Exerceu diversas funções na Área de Comércio Exterior. Atualmente, Luis Filipe é o responsável pela Gerência de Avaliação e Efetividade dos Financiamentos à Exportação.

Márcio Corrêa

Coordenador-Geral de Cooperação Técnica Multilateral, ABC

Márcio Corrêa é Bacharel em Relações Internacionais pela UNB e MBA em Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Trabalha desde 1989 na Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, ocupando atualmente o cargo de Coordenador-Geral de Cooperação Técnica Multilateral.

José Alejandro Sebastian Barrios Diaz

Pesquisador bolsista, Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional, Ipea

É Mestre em Cooperação Internacional & Desenvolvimento e Doutor em Relações Internacionais. É Pesquisador no Ipea, na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte). É Professor de Relações Internacionais em universidades particulares de Brasília e foi Pesquisador visitante no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Atua na área das relações internacionais do Brasil e nas políticas de integração do Brasil com os países africanos de língua portuguesa, voltadas para a saúde pública e a história de Moçambique.

João Antônio dos Santos Lima

Consultor da Cepal no Ipea

É graduado em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Mestre em Gestão e Avaliação do Desenvolvimento pelo *Institute of Development Policy* (IOB) da *University of Antwerp*, Bélgica. É Consultor na Cepal, junto à Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dinte/Ipea), nos estudos sobre a Cooperação Brasileira

para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi). É membro da Rede Brasileira de Monitoramento & Avaliação (RBMA) e da rede de avaliadores especializados nos ODS (EvalSDGs).

João Brígido Bezerra Lima

Coordenador do Estudo sobre os créditos para exportação de serviços de infraestrutura econômica em países estrangeiros, Ipea

É técnico em planejamento e pesquisa no Ipea. Editor, Coordenador e Pesquisador do estudo da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2011-2013 (livro); Editor, Coordenador e Pesquisador do estudo “Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados 1998-2014” (livro); e Coordenador e Pesquisador do estudo sobre “Integração local de pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio no Brasil (condições de vida)”.

José Eduardo Malta de Sá Brandão

Diretor-Adjunto, Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Ipea

José Eduardo Brandão possui Doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007), Mestrado em Ciência da Computação pela Universidade Federal da Paraíba (1996) e Bacharelado em Estatística pela Universidade de Brasília (1990). Possui extensa experiência profissional e acadêmica na área de Tecnologia da Informação e Comunicações, Defesa e Segurança Cibernética.

Pali Jobo Lehohla

Consultor Internacional e fundador do *Pan African Institute for Evidence*

Pali Lehohla é ex-Estatístico-Geral e ex-Chefe de Estatística da África do Sul, de 2000 a 2017. Ele entrou na organização em 1982, quando se juntou ao escritório de estatísticas da Bophuthatswana. Seu primeiro grande projeto foi liderar o Censo sul-africano de 1985. Ele aprimorou suas habilidades de administração e liderança e construiu um escritório formidável de estatísticas na província do Noroeste. Pali Lehohla ocupou vários cargos durante seu mandato como Estatístico-Geral. Ele atuou como Copresidente da PARIS21 e como Presidente da Comissão de Estatística das Nações Unidas. Ele foi presidente fundador da Comissão de Estatística da África (*StatCom Africa*) e presidiu o Simpósio Africano para o Desenvolvimento Estatístico (ASSD) até sua aposentadoria em outubro de 2017. Ele também foi vice-presidente do Instituto Internacional de Estatística (ISI) e um dos patrocinadores do movimento *Young African Statistician* (YAS). Foi um dos 25 integrantes da equipe do *Independent Expert Advisory Group*, assessorando o então Secretário-Geral das Nações Unidas, BanKi Moon, no *Data Revolution*. Ele serviu como um dos dez membros do Painel de Assessoria Independente (IAP) ao Secretário-Geral da ONU sobre a saúde de mães, adolescentes e crianças. Pali é membro do comitê diretor da Rede Multidimensional de Pobreza (MPPN).

Ele é associado da Universidade de Oxford, Professor de prática na Universidade de Joanesburgo, Consultor de pesquisa para Residentes da 22OnSloane, colunista do Business Report. É um dos Presidentes Honorário da Associação Sul-Africana de Estatística (SASA). Ele possui dois doutorados honorários, um pela Universidade de Stellenbosch (*Dr. of Commerce*) e outro pela *Science* da *University of KwaZulu*. Pali é especialista em estatística programada e presta ampla consultoria neste campo. Ele é o fundador do *Pan African Institute for Evidence*, uma instituição que busca o planejamento e o gerenciamento com base em evidências.

Roberto Neves Sant’Anna

Economista formado pela Universidade Federal Fluminense (1987), com Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998). Servidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde janeiro de 1988. No IBGE, chefiou a Divisão de Planejamento da Coordenação de Comércio e Serviços, a Gerência da reformulação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e a Divisão de Planejamento e Análise do Cadastro Central de Empresas. Atualmente Coordena a Assessoria de Relações Internacionais, ligada diretamente à presidência do Instituto.

7 RESUMO DAS SESSÕES

7.1 Primeiro dia: 12 de dezembro de 2018

Mesa de abertura

Participantes:

- **Ivan Tiago Machado Oliveira:** Diretor, Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Ipea
- **Philippe Orliange:** Representante Regional da AFD para Brasil e Argentina e diretor da agência da AFD em Brasília
- **Diana Sawyer:** Coordenadora Sênior de Pesquisa do IPC-IG

Resumo da sessão: Ao abrir oficialmente o **Seminário de Cooperação Internacional: Financiamento para o Desenvolvimento**, o Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Ipea, **Ivan Oliveira**, afirmou que o evento marca um auspicioso momento para o Ipea, em especial para a área internacional, pois o tema a ser tratado nos dois dias de Seminário é muito relevante para a cooperação brasileira. Ressaltou que a Cooperação Internacional está relacionada aos ODS, em especial ao ODS17, relativo às parcerias e aos meios de implementação. Ele destacou também a importância da parceria entre o Ipea, a AFD e o IPC-IG e a disponibilidade das duas instituições em seguir coordenando os projetos. Por fim, ele espera que, a partir do tema debatido, sejam retirados substratos para agendas importantes para o Brasil, como a do desenvolvimento e crescimento sustentável.

Por sua vez, o Representante Regional da AFD para Brasil e Argentina e Diretor da agência da AFD em Brasília, **Philippe Orliange**, parabenizou a iniciativa da realização do Seminário e a oportunidade de partilhar os resultados dos estudos sob a liderança do Ipea, além de destacar a participação do IPC-IG. Orliange disse que o tema da Cooperação Internacional é de grande relevância, especialmente no tocante às questões ambientais e às mudanças climáticas em curso na agenda global. Ele citou, como exemplo, o fato de o Banco Mundial ter aumentado o capital para iniciativas nessa área. E acrescentou que o *New Development Bank* disponibilizou 1,7 bilhão de dólares em 2017 para o financiamento do desenvolvimento sustentável. Já a AFD preside o *International Development Finance Club* (IDFC), que é hoje o maior grupo de financiadores públicos, com ativos de 3,8 trilhões de dólares para aprovar financiamentos de Cooperação Internacional.

Orliange explicou que o direcionamento dos fluxos para o desenvolvimento dos ODS terá, cada vez mais, um volume expressivo e que as questões climáticas e de desenvolvimento sustentável estão diretamente relacionadas, sendo os dois de grande interesse do IDFC e da AFD. Segundo ele, a AFD atua há mais de 10 anos na América Latina e tem interesse em interagir com os demais bancos de desenvolvimentos, sejam nacionais ou regionais. Por esse motivo, a AFD decidiu estabelecer parceria com o Ipea.

Por fim, a Coordenadora Sênior de Pesquisa do IPC-IG, **Diana Sawyer**, expressou sua satisfação por participar do projeto, destacando que o trabalho do Centro é voltado para o aprendizado Sul-Sul. O IPC-IG atua em pesquisa na África, na região do Oriente Médio e do Norte da África e na Ásia. Mas, por meio do Ipea, foi possível trabalhar em outros projetos e assuntos de importância internacional e de cooperação. Segundo Sawyer, o IPC-IG tem grande interesse em manter a parceria. Diana disse que os dois dias de Seminário serão uma grande oportunidade para discutir a Cooperação Internacional e os resultados das pesquisas. Essas vão além dos insumos para as políticas públicas e servem também para prestar contas à sociedade sobre o que tem sido estudado e que esse é o papel que cabe também aos pesquisadores.



Mesa 1 — Métricas da Cooperação Internacional: Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA), Suporte Oficial Total ao Desenvolvimento Sustentável (TOSSD), Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento (Cobradi) e Cooperação não financeira

Moderador:

- **José Eduardo Malta de Sá Brandão:** Diretor-Adjunto, Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Ipea

Debatedores:

- **Giorgio Gualberti:** Analista de Cooperação para o Desenvolvimento, OCDE
- **Márcio Corrêa:** Coordenador-Geral de Cooperação Técnica Multilateral, ABC
- **João Brígido Bezerra Lima:** Coordenador do Estudo sobre os créditos para exportação de serviços de infraestrutura econômica em países estrangeiros, Ipea

Resumo da sessão: O Diretor-Adjunto de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte), Ipea, **José Eduardo Malta de Sá Brandão**, abriu a primeira mesa, destacando a importância da parceria e a complementariedade das agendas. Ele explicou que o objetivo da mesa é apresentar os conceitos da Cooperação Internacional e das métricas a ela associadas.

O primeiro debatedor a falar foi **Giorgio Gualberti**, Analista de Cooperação para o Desenvolvimento, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que proferiu duas apresentações em sequência: a primeira sobre a ODA e a segunda sobre o TOSSD. Gualberti faz parte do secretariado do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (*Development Assistance Committee* — DAC) da OCDE, órgão que decide as regras para ajuda para o desenvolvimento.

Gualberti explicou que a ODA reúne três características: oficial, desenvolvimento e assistência. **Oficial** significa que as ajudas são prestadas pelas agências oficiais dos governos. A característica **desenvolvimento** é sumamente o objetivo: ajudar no desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Por fim, a característica **assistência** relaciona-se à ajuda fornecida em condições melhores que as disponíveis no mercado. Ele apresentou a lista dos 30 países-membros do DAC, no qual as decisões para a concessão da ajuda internacional para o desenvolvimento devem ser unânimes, após análises diversas. Gualberti esclareceu que a ajuda ao desenvolvimento funciona sob duas perspectivas: a dos países doadores e a dos países receptores. Os países receptores fazem parte de uma lista com base em uma relação do Banco Mundial e é revista a cada três anos.

De forma abrangente, ele explicou que os objetivos primários para a ajuda são o desenvolvimento do país receptor e os objetivos secundários podem ser para fins de operações humanitárias; assistências técnicas; contribuição para os governos; alguns custos dentro do país, como administrativos, educacionais, trabalhos culturais. E destacou que não são projetos sujeitos à ODA: ajuda militar, promoção da cultura do país doador, nem projetos com finalidades religiosas. Ele citou a existência de regras específicas e complexas para a concessão da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, que estão disponíveis no *site* da OCDE. Segundo ele, torna-se necessário diferenciar o que é fluxo de assistência do que é fluxo comercial. Para tanto, devem ser consideradas as questões como as taxas aplicadas, por exemplo. E ainda o esforço do doador para financiar, que difere do financiamento comercial, no qual não há esse esforço, mas sim um interesse mútuo, uma troca.

Ainda com relação ao DAC, ele disse ter dados de todos os 30 membros, o que totaliza mais de 250 mil linhas de atividades por ano, que são avaliadas e ficam disponíveis para o público. Os dados são atualizados no início de cada ano e depois passam por mais três atualizações menores para eventuais ajustes. Acrescentou que há mais de 50 tipos de dados para cada tipo de atividade, sobre parceiros envolvidos, agências que participam, além dos países que recebem ajuda e ainda um novo campo para indicar o objetivo de desenvolvimento sustentável correlato ao projeto, entre outros pontos.

Ao comparar com o TOSSD, Gualberti disse que, apesar de ser uma metodologia diferente, ela inclui o conceito clássico de ajuda ao desenvolvimento e é composto por dois pilares básicos. Um pilar sobre transferência de recursos internacionais de um país para outro e o segundo sobre as despesas globais para combater, por exemplo, problemas de saúde internacional.

Enquanto o TOSSD tem como objetivo mensurar os recursos para fomentar o desenvolvimento sustentável, a ODA aponta para o esforço dos doadores. Ou seja, a diferença está no critério de elegibilidade: no TOSSD, é o objetivo do desenvolvimento sustentável; e, na ODA, é o desenvolvimento econômico do país receptor. O foco também é diferente: o TOSSD é pensado sob a ótica do receptor e a ODA pelo lado do doador. Além disso, o TOSSD inclui as informações acerca de financiamentos concessionais e não concessionais e tem como ambição ser um instrumento universal, que inclua ainda a Cooperação Sul-Sul.

Link para a apresentação (em inglês): <<https://bit.ly/2BxAfQi>>.

Em sua segunda apresentação, **Gualberti** detalhou a metodologia do TOSSD. Ele gentilmente proferiu a apresentação no lugar do Pali Jobo Lehohla, Consultor Internacional e fundador do *Pan African Institute for Evidence*, que, por atraso no voo, não conseguiu chegar a tempo para a abertura do Seminário.

A nova metodologia do TOSSD foi pensada justamente para incluir todos os fluxos para promoção do desenvolvimento sustentável, incluindo os fluxos bilaterais e multilaterais, a Cooperação Sul-Sul e a Triangular, demais instrumentos. Assim, o TOSSD é complementar à e maior do que a ODA, pois tem um alcance mais amplo. Para ele, os países receptores vão se beneficiar da utilização da nova forma de mensurar, porque haverá mais transparência e maior controle de todos os fluxos que chegarão ao país, ao passo que os países doadores poderão monitorar esses fluxos de forma mais eficiente.

Ele disse que, por exemplo, quando o Brasil presta assistência técnica a outros países da América Latina e essa cooperação não é mensurada. Isto porque atualmente não é possível fazer tal mensuração utilizando apenas a ODA. No entanto, esse tipo de mensuração será possível com a utilização da metodologia do TOSSD.

Os dados dos TOSSD serão publicados e disponibilizados em uma plataforma que está sendo desenvolvida, com todas as informações, tais como: doadores, receptores, os tipos de ODS e o ano. Segundo Gualberti, a plataforma incluirá, em 2019, os dados da ODA e que gostariam de ter também os dados dos países da Cooperação Sul-Sul. Ao encerrar sua segunda apresentação, ele disse que, com essas informações, pretendem fazer com que o TOSSD seja o indicador oficial das Nações Unidas para monitoramento dos ODS.

Link para a apresentação (em inglês): <<https://bit.ly/2LoKVW2>>.

Apresentação de Márcio Corrêa, Coordenador-Geral de Cooperação Técnica Multilateral da ABC

Márcio Corrêa explicou que sua apresentação versaria sobre a dimensão não financeira da Cooperação Internacional no âmbito da Cooperação Sul-Sul. Segundo ele, o conceito e prática existem desde a década de 1970, ao passo que a denominação atual de Cooperação Sul-Sul remonta à década de 1990.

Para ele, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, inexistente uma instância institucional para debater a questão das métricas, como há na OCDE. A mensuração da Cooperação Internacional ocorre por um compromisso para futura prestação de contas. A ABC, entre outros órgãos brasileiros, deve prestar contas dos recursos próprios ou recebidos de outros ministérios. De acordo com Corrêa, o compromisso com a mensuração busca atender, em especial, a responsabilidade do Governo Federal na transparência de aplicação dos recursos públicos. Trata-se de um compromisso interno e, por isso, as autoridades brasileiras questionam quando organizações internacionais demandam ao Governo que também sejam prestadas contas a elas.

Corrêa destacou que, no Brasil, as informações acerca das despesas estão disponíveis publicamente por meio de sistemas, como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e de relatórios publicados pelo Ipea, além de outros mecanismos que permitem a divulgação de atividades, como o Observatório da Cooperação Internacional. Com a Agenda 2030 da ONU, disse ele, a questão da mensuração ganhou destaque e urgência. Corrêa lembrou ainda que a Cooperação Sul-Sul é uma das formas de parcerias previstas pelo ODS17 e, portanto, faz parte da agenda para o desenvolvimento sustentável.

No entanto, o representante da ABC questionou a forma como as Nações Unidas vão disponibilizar relatórios sobre a contribuição da Cooperação Sul-Sul para o alcance da Agenda 2030, pois ele entende que a Cooperação Sul-Sul é um meio de implementação da Agenda. Desde 2015, explicou, o Governo brasileiro tem chamado atenção para dois pontos considerados fundamentais: a Cooperação Sul-Sul deve ter métricas próprias; e os países em desenvolvimento não dispõem de uma organização intergovernamental, como o DAC na OCDE. A ausência de um espaço e de métricas próprias gera um hiato. Tal cenário poderia fazer com que a ONU criasse regras próprias com metodologias que foram desenvolvidas para outras realidades e outras formas de cooperação. Esse fato acarretaria uma acomodação forçada que não servirá aos interesses dos países em desenvolvimento, destacou Corrêa.

Como consequência, haveria ainda uma subavaliação do volume de atividades realizadas e da contribuição da Cooperação Sul-Sul para desenvolvimento internacional ou para a Agenda 2030 pelos países em desenvolvimento, além de uma segregação unilateral de dados.

Para Corrêa, as modalidades não financeiras de cooperação são um tema sensível, em especial para o Brasil. Para o país, a Cooperação Internacional não deve ser entendida como sinônimo de financiamento para o desenvolvimento, mas como uma dimensão e não um fim. Isso porque há uma série de atividades na Cooperação Sul-Sul que não envolve mobilização de recursos financeiros. Tais modalidades não financeiras precisam ter uma métrica própria e ser valorizadas, e os países em desenvolvimento devem ter ampla participação no desenvolvimento dessas métricas.

A inexistência de espaços para debater e discutir a criação dessas métricas é um grande desafio a ser enfrentado, destacou Corrêa. Acresce que nem sequer o conceito de Cooperação Sul-Sul é homogêneo: na América Latina, a Cooperação Sul-Sul é entendida como cooperação técnica; na Ásia, como comércio e investimento direto; e, na África, é entendida como atração de investimento e programas de cooperação técnica.

Por isso, disse Corrêa, o consenso sobre as fronteiras da Cooperação Sul-Sul antecede o debate sobre a metodologia das métricas. Como exemplo, ele citou o fato de relatórios da ONU sobre Cooperação Sul-Sul apresentarem descrição de iniciativas, relato de ações, mas não estatísticas sobre o tema.

Outro aspecto relevante da mensuração da dimensão não financeira da Cooperação Internacional é permitir dar visibilidade a todos os países em desenvolvimento. Para Corrêa, o critério principal de mensuração deveria ser o tamanho do impacto do desenvolvimento em decorrência da cooperação e não, exclusivamente, a quantidade monetária movimentada. Ele ressalta que, se não for assim, países menores e com menos recursos podem ser subavaliados e “desaparecer” do mapa da Cooperação Internacional.

Para concluir, ele sugeriu que seja evitado o “enclausuramento” das métricas em aspectos apenas financeiros, como forma de valorizar o trabalho realizado por todos os países em desenvolvimento. As modalidades não financeiras estão em expansão e os intercâmbios técnicos estão crescendo em volume exponencial, apesar de ainda contarem com pouca visibilidade.

Por fim, Corrêa recordou que o Governo brasileiro, em 2015, sugeriu um debate sobre a criação de uma proposta de mensuração das modalidades não financeiras da Cooperação Sul-Sul. Segundo ele, outros países, em especial, os da América Latina, estão adotando um discurso similar com o propósito de criar uma metodologia de mensuração da Cooperação Internacional que considere a força e a diversidade das experiências dos países em desenvolvimento.

Link para a apresentação (em inglês): <<https://bit.ly/2A5o65b>>.

Apresentação João Brígido Bezerra Lima, Coordenador do Estudo sobre os créditos para exportação de serviços de infraestrutura econômica em países estrangeiros do Ipea

João Brígido Bezerra Lima explicou que sua palestra buscava esclarecer se o Brasil pratica ou não crédito concessional por meio do BNDES, com base em um estudo conduzido pela Dinte. Ao fim da pesquisa, com os dados do Banco e com os consultores, a conclusão é de que o Brasil não pratica crédito concessional e que nem sequer as taxas verificadas se configuram como tal.

Ele explicou que a **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento (Cobradi)** surgiu no fim dos anos de 1990 em um cenário no qual o Brasil aparecia como uma economia emergente que iria despontar como líder em vários aspectos e circunstâncias na cooperação para o desenvolvimento. Ele parte da premissa de que, se o Brasil não for um país doador e que usa o orçamento público com os limites impostos pelo Governo Federal, não é possível correlacionar os gastos apresentados na Cobradi com o fluxo de investimento de um organismo multilateral. Os gastos têm outra configuração. E pretende informar as diferenças, pois o Brasil não é doador, mas sim parceiro.

Brígido ressaltou a necessidade de facilitar a compreensão dos dados, especialmente porque as instituições que atuam na área da cooperação no Brasil, como o Ipea e a ABC “falam línguas diferentes”. O Ipea trabalha com políticas públicas e a ABC com projetos, portanto, é necessário articular as informações entre os dois parceiros. Ele salientou que de 60 por cento a 70 por cento dos números apresentados (no âmbito da Cobradi) são contribuições para organismos internacionais e que há algumas doações, mas que são específicas, como algumas medicações que são autorizadas por decretos.

Para o Coordenador do Ipea, é preciso reconhecer que a transferência de boas práticas como as trocas de conhecimento técnico relativas ao cerrado e à savana africana, devem ser valorizadas, assim como outros compartilhamentos de saberes que não são alcançados apenas pela análise do dimensionamento de gastos. Ele questionou o tipo de cooperação que é praticada pelo Brasil e recorreu à fala de Márcio Corrêa, indicando que algumas ações, como, por exemplo, as relacionadas com doenças falciformes e a criação de banco de leite materno na África, geram gastos irrisórios, mas produzem resultados. E questionou como tais dimensões de Cooperação Internacional seriam quantificadas por metodologia TOSSD.

Brígido disse ainda que o Brasil tem uma pauta significativa de contribuições com organismos multilaterais, que estão descritos na Cobradi. E citou que o país destina, aproximadamente, 25 por cento de recursos para a Cooperação Internacional com a América Latina e África. O Cobradi não é um modelo, mas sim um padrão adaptado à realidade brasileira. Por isso, segundo ele, a quantidade de projetos não é o dado mais relevante e citou o caso da Argentina. O país tem apenas um projeto com o Brasil, mas este absorve quase a totalidade de recursos, porque está relacionado com a área de ciência e tecnologia.

Ele reafirmou que o Brasil não é um país doador, mas é receptor, citando, como exemplo, a cooperação francesa para o programa da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás). Entretanto, Brígido destacou o protagonismo do Brasil na área de meteorologia, por exemplo, mesmo apresentando essa área um gasto residual. Para ele, a atuação do Brasil é ímpar, não financeira e o país não precisa importar modelos, pois tem domínio na área para levantar gastos, o que pode ser feito pela Cobradi.

Até maio de 2019, o Brasil pretende divulgar os gastos realizados nos anos de 2017 e de 2018 relativos à Cooperação Internacional. Brígido considerou crucial o debate sobre como mensurar as atividades não financeiras, como a transferência de conhecimentos, mas reconhece que é preciso incrementar os sistemas de acompanhamento de gastos. Ele abordou as divergências entre os gastos do Brasil com Cooperação Internacional apresentados pela Cobradi e pelos organismos internacionais ao longo dos anos, destacando que é necessário considerar a diferença entre o que é efetivamente desembolsado e a previsão antecipada de gastos para garantir a credibilidade e informar o que de fato foi realizado.

Brígido encerrou sua palestra reconhecendo que o Brasil faz cooperação para o desenvolvimento no âmbito não financeiro. Dessa forma, não seria pelo volume de recursos financeiros mobilizados a melhor forma de mensurar as atividades brasileiras de Cooperação Internacional.

Sessão de debate da plateia com os painelistas: Foram feitos os seguintes questionamentos: Como mensurar o investimento privado e contabilizar os fluxos do setor privado? Será que o relatório Cobradi pode ser utilizado para contabilizar o desenvolvimento sustentável? Também foi destacado que o compartilhamento de saberes tem grande importância na relação entre a África, Brasil e Portugal.

Os integrantes da mesa esclareceram que os fluxos privados não são considerados na mensuração do TOSSD e endossaram a importância da Cooperação Sul-Sul. Márcio Corrêa disse que o melhor uso das informações deve servir para valorizar os esforços de todos os países em desenvolvimento. Ele citou a dificuldade dos órgãos que gerenciam os modelos de cooperação em segmentar as informações e alertou que a escassez de comunicação e de interação entre os responsáveis inibe um domínio maior sobre as atuações e práticas de cooperações internacionais.

Por sua vez, José Eduardo Brandão citou variáveis contidas nos relatórios da OCDE e questionou se os dados de gastos podem ser liberados para acesso dos países receptores. Giorgio Gualberti respondeu que praticamente todos os dados de ajuda para o desenvolvimento são públicos, estão disponíveis no *site* da organização e que o sigilo recai apenas em alguns casos específicos.

Brandão perguntou se o representante da ABC acreditava que o Brasil e outros países em desenvolvimento conseguiriam se organizar para desenvolver uma metodologia própria para definição de indicadores ou seria inevitável que a ONU ou outras instituições adotassem metodologias próprias. Márcio Corrêa disse entender ser inevitável que a ONU, a curto e médio prazos, irá codificar a Cooperação Sul-Sul nos seus relatórios basicamente apenas em termos monetários. Entretanto, ele espera que seja possível considerar outras modalidades e dimensões da Cooperação Sul-Sul, que reconheçam a cooperação técnica, humanitária e as bolsas de estudo também como esforço para a Cooperação Internacional.

Ele destacou ainda que no âmbito da América Latina já existe um entendimento de que será possível apresentar esse debate em outros continentes, de modo que, no longo prazo, o entendimento sobre o que é Cooperação Sul-Sul possa ser absorvido na ONU, a partir de critérios mais amplos e não apenas financeiros.

Com relação ao desenvolvimento sustentável, João Brígido Bezerra Lima destacou que um desafio que se apresenta às organizações brasileiras é o de melhor entender alguns ODS, em particular o ODS17 em razão da intersectorialidade. No caso brasileiro, é preciso, por exemplo, entender como medir a ajuda realizada no Haiti, o que é reconstrução ou operação militar e ver a questão dos refugiados como um tema de direitos humanos. Para ele, o TOSSD é um instrumental que atende em parte, mas que não será, necessariamente, importado para medir o desenvolvimento sustentável no Brasil, visto que a métrica do lado não financeiro ainda é muito obscura.

Mesa 2 — Crédito Concessional

Moderador:

- **João Antônio dos Santos Lima:** Consultor da Cepal no Ipea

Debatedores:

- **Ernani Teixeira:** Professor do Instituto de Economia, UFRJ
- **Luiz Filipe de Castro Neves:** Gerente de Avaliação e Efetividade dos Financiamentos à Exportação, BNDES
- **João Brígido Bezerra Lima:** Coordenador do Estudo sobre os créditos para exportação de serviços de infraestrutura econômica em países estrangeiros, Ipea
- **José Alejandro Sebastian Barrios Diaz:** Pesquisador Bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional, Ipea

Resumo da sessão:

A segunda sessão do Seminário discutiu a hipótese de haver crédito concessional do BNDES no contexto da Cooperação Internacional brasileira. Foram realizados estudos visando compreender o funcionamento dos bancos de desenvolvimento e as modalidades de crédito, com foco especial no caso do BNDES. Os resultados refutam a hipótese original, concluindo que o BNDES não realiza operações de crédito concessional ao exterior, mas fomento a empresas brasileiras que atuam no exterior, cujos gastos devem ser realizados no Brasil.

Resumo da apresentação de José Alejandro Sebastian Barrios Diaz, Pesquisador Bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional do Ipea: Em sua apresentação sobre a importância dos bancos de desenvolvimento, **José Alejandro Sebastian Barrios Diaz** teceu considerações gerais sobre o estudo acerca das articulações entre a Cooperação Internacional e o financiamento para o desenvolvimento, sob uma perspectiva histórica, situando o debate a partir de 1945. Além disso, ele propôs novas ideias sobre essa articulação entre o financiamento e o desenvolvimento, visto que esse debate tem moldado as discussões sobre políticas públicas, em especial, a partir de 2015, com os ODS, a COP 21. Nesse cenário, os financiamentos passam a importar ainda mais aos governos e ao setor privado nos âmbitos nacionais, internacionais e regionais. Ele acredita que os bancos multilaterais de desenvolvimento são atores capazes de atuar nesse quadro.

Barrios explicou que o trabalho foi dividido em cinco partes: a primeira é sobre a institucionalização da Cooperação Internacional sob a perspectiva histórica; a segunda, é a multiplicação dos bancos multilaterais de desenvolvimento regionais ou globais; depois as agendas de desenvolvimento internacional, considerando o tema da infraestrutura, um tópico importante nas relações internacionais hoje. E, para encerrar, chega-se à conclusão de que há uma pluralização do campo do financiamento ao desenvolvimento, motivado pelo número de atores que participam em diversos níveis e com distintos instrumentos.

Para Barrios, a infraestrutura é chave, porque auxilia na distinção entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Tal diferença é uma construção histórica e ideológica que separa o mundo em dois grandes universos de atores. Trata-se de uma divisão que remonta às décadas de 1940/1950, mas atualmente as demandas dos países em desenvolvimento são distintas. Para ele, pensar o financiamento para o desenvolvimento é entender que os governos e os organismos internacionais não estão falando apenas de recursos financeiros, que, por sua parte, não faz “a mágica do desenvolvimento”. A “mágica” é feita a partir de uma gestão adequada para transformar recursos financeiros em ações efetivas para o desenvolvimento. Destarte, a atual agenda de desenvolvimento no âmbito da ONU define o lugar de cada tipo de recurso. Um desafio que se apresenta hoje é de como articular ou construir pontes entre os recursos que estão nas economias avançadas e as oportunidades de investimento, sobretudo em infraestrutura, nos países em desenvolvimento.

O financiamento para o desenvolvimento exigiria novas reflexões, soluções e plataformas do setor público com o privado em termos de metas de desenvolvimento. Os ODS são o principal instrumento de navegação de que dispõem esses atores. Para Barrios, é necessário considerar a questão da renovação da agenda internacional e o financiamento como uma das principais modalidades de relacionamento entre os atores, o que inclui o debate com os bancos multilaterais de desenvolvimento.

Nesse ponto, a multiplicação dos bancos multilaterais é uma demanda da atualidade, pois eles atuam como atores capazes de coordenar acordos, organizar agendas e financiar desenvolvimento em condições mais favoráveis. Por isso, cabe a reflexão sobre como os ODS conviverão com a nova fragmentação geopolítica atual.

Barrios considera que a crescente necessidade de ajuda se deve ao fato de que os países em desenvolvimento não possuem capital suficiente para todas as necessidades. Citando o exemplo do continente africano, que necessita de mais de 90 bilhões de dólares ao ano para projetos de infraestrutura, a questão para reflexão é: há uma transição na arquitetura do financiamento ao desenvolvimento? Barrios conclui que é mister uma crescente coordenação de articulação entre os atores envolvidos e que, no âmbito da ONU e dos ODS, é necessário reconhecer as mudanças e tensões geopolíticas.

Link para a apresentação: <<https://bit.ly/2EDW5Wx>>.

Resumo da apresentação de Ernani Teixeira, Professor do Instituto de Economia, da UFRJ: A apresentação de **Ernani Teixeira** fundamentou-se em um *paper* sobre o tema de crédito concessional e o BNDES, instituição na qual trabalhou por mais de três décadas. Dessa forma, ele fez uma breve perspectiva histórica com foco em duas áreas: infraestrutura e exportação.

Para Teixeira, o financiamento para o desenvolvimento está relacionado com a necessidade de manter um investimento por longo tempo para investir em algo que o Estado considere relevante e que há várias maneiras de fazer isso no Brasil e no mundo. Além da decisão de alocar recursos financeiros a longo prazo, o financiamento para o desenvolvimento interfere na sustentabilidade fiscal e cambial do Estado. Segundo ele, no Brasil, a participação de capital estrangeiro, comparada com o cenário mundial, é pequena, não ultrapassando 10 por cento. Isso confere ao país o que chamou de “autonomia ao desenvolvimento”.

Em uma perspectiva histórica, o desafio do financiamento para o desenvolvimento no Brasil era a escassez de fundos, ausência de poupança a longo prazo. Por isso, foi necessário criar instituições que preenchessem essa lacuna de recursos, estratégia que está por trás da criação do BNDES, do PIS, PASEP, FGTS e instituições privadas. Ele destacou a criação do primeiro banco de desenvolvimento nos Estados Unidos durante a Primeira Guerra Mundial, que serviu de matriz não só para o Banco Mundial como também para o BNDES, entre outros.

De acordo com Teixeira, tal cenário perdurou até 2015, quando houve uma mudança no perfil do Brasil. A escassez do capital a longo prazo não é mais o principal responsável pelas limitações de mercado, mas sim a ausência de políticas econômicas sobre formas de funcionamento das instituições. Ele explicou que, a partir dos anos de 1990, a reforma financeira no Brasil melhorou o mercado de empréstimo a longo prazo. E que a crise de 2008 revigorou os bancos de desenvolvimento no mundo todo.

Teixeira esclareceu as ferramentas à disposição do Brasil para direcionar o crédito: fundo de longo prazo, como FGTS; e bancos públicos e garantia pública. Acrescentou que, no Brasil, há uma mistura dos três, e, para o último, utiliza-se do termo “subsídio”, com ressalva à palavra usada. Para ele, apesar de o Brasil ter mercado de longo prazo, as taxas de juros ainda são elevadas e seria inoportuna a comparação com o modelo da China. Ele explicou que o inadimplemento do BNDES é baixo; que o banco tem uma carteira muito boa, com retorno elevado e número reduzido de funcionários. O BNDES não paga dividendo e o lucro vira capital, “sem colar” no orçamento fiscal.

Ele destacou ainda que, de 2005 a 2013, o Brasil foi o mercado de crédito que mais cresceu no mundo, considerando a medida em termos de PIB. Inicialmente o maior crédito era concedido por bancos privados, mas, a partir de 2008, os públicos aumentaram as concessões. Ainda assim, segundo Teixeira, o BNDES tem 50 por cento de todo o crédito a longo prazo do Brasil. Ademais, a participação do BNDES no financiamento da infraestrutura no período de 2008 subiu de 35 por cento para 50 por cento a 67 por cento. O investimento saiu de 1,8 por cento do PIB para 2,2 por cento. Esse fato, para o palestrante, confirma que, “dando dinheiro, dá resultado”.

Por fim, Teixeira esclareceu que o BNDES participa das exportações, citando o caso da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer). Ele disse que, no passado, o BNDES era mais independente e que depois, com a chegada das empreiteiras, houve mudança nas tomadas de decisões sobre as concessões de financiamento, as quais passaram a ser mais políticas. Apresentando gráficos, ele disse que as empresas de *leasing* representam 8 por cento do PIB.

Link para a apresentação: <<https://bit.ly/2Es1Zcq>>.

Resumo da apresentação de João Antônio dos Santos Lima, Consultor da Cepal no Ipea: Lima estruturou sua apresentação, com relação ao estudo sobre o BNDES, nas seguintes questões norteadoras: Qual seria o ponto de interseção entre o financiamento do desenvolvimento e a Cooperação Internacional para o desenvolvimento? Qual o papel dos bancos de desenvolvimento?



Segundo ele, desde o pós-guerra, a justificativa de criação de bancos multilaterais de desenvolvimento fundamentou-se no financiamento do desenvolvimento. Ao longo do tempo, tornou-se latente a diferença das agendas de desenvolvimento dos países do Sul com relação aos demais. Nesse contexto, cada região criou seu banco regional, como o interamericano, africano, asiático, entre outros. A atuação dessas instituições é condicionada às necessidades locais.

Lima, recordando a apresentação do Professor Ernani, reconheceu o impacto do BNDES no contexto do desenvolvimento brasileiro. Nesse sentido, o Consultor abordou questões, tais como se o BNDES deveria ou não ser um ator oficial da cooperação brasileira e se, de fato, o Banco é um promotor da cooperação. Ao estruturar sua resposta, Lima destaca a atuação dos países do Sul, o papel da China e dos BRICS, visto que a demanda por investimentos em infraestrutura impacta na consecução dos ODS e na economia. Dito isso, é inegável a força dos ativos do BNDES.

Justamente a fonte de recursos disponíveis (FAT, títulos de dívida externa, etc.) traz à baila o questionamento sobre a diferença da atuação do BNDES no Brasil e no exterior e, se fora das fronteiras brasileiras, a atuação do Banco caracterizar-se-ia em Cooperação Internacional. Segundo Lima, a intenção do Grupo de Estudos para Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional do Ipea, após o estudo sobre o BNDES era esclarecer que o Brasil (por meio do Banco) não concede empréstimos ou doa recursos financeiros a outros países, não realiza cooperação técnica ou financeira e nem investe em outros países. Uma rápida análise dos dados sugeriria que o apoio brasileiro a outros países poderia ser caracterizado como cooperação. No entanto, a principal missão do BNDES é financiar empresas brasileiras no exterior e não necessariamente alocar recursos no exterior.

Sobre as modalidades de exportação do BNDES — pré e pós-embarque — o estudo analisou as operações pós-embarque para exportação de serviços de engenharia, com dados de 1998 a 2015. Lima disse que os dados da pesquisa serão disponibilizados e que os valores considerados para a realização da exportação têm como base os valores firmados nos contratos e não necessariamente os efetivamente executados. O estudo destaca que os três maiores destinos de exportação de serviços de engenharia, por valor contratado, são: Angola, com volume de USD 3,9 bilhões; Venezuela com USD 3,3 bilhões; e Argentina com USD 2 bilhões em períodos diversos, desde 1998. No caso de Angola, o montante se justifica pela demanda do governo angolano na promoção do desenvolvimento de infraestrutura e pela disponibilidade de empresas brasileiras em promover esses serviços.

No estudo sobre o BNDES, foram apresentados ainda os valores financiados e devidamente executados pelas empresas brasileiras, com base no banco de dados da instituição. Por fim, Lima esclareceu que o estudo não buscou avaliar o impacto das operações do BNDES, por não se tratar da função do Ipea, mas tentar aprimorar políticas públicas. Tampouco o estudo visou comparar as taxas de juros entre bancos de desenvolvimento, apesar de ele apresentar tabelas com diversas taxas médias no mundo.

Lima finalizou reiterando que o BNDES não faz Cooperação Internacional financeira, mas que o Banco é o principal instrumento de execução da política de investimento do Governo Federal, cujo objetivo é o desenvolvimento econômico e social do país. Ele acredita que, se houver um diálogo entre as formas de mensuração — seja da Cobradi, seja do TOSSD — existiria a possibilidade de classificar os gastos do BNDES como outros fluxos financeiros, e não como cooperação, tendo em vista, a ligação direta entre os gastos do BNDES e a promoção do ODS9, relativo à indústria, à inovação e à infraestrutura.

Link para apresentação: <<https://bit.ly/2T1ZCKH>>.

Resumo da palestra de Luiz Filipe de Castro Neves, Gerente de Avaliação e Efetividade dos Financiamentos à Exportação do BNDES: Em sua palestra, Luiz Filipe Neves explicou que o BNDES não faz cooperação nem oferece financiamento concessional. O Banco financia o desenvolvimento brasileiro e não o de outros países. Segundo Neves, a internacionalização de empresas ou o financiamento à exportação é uma tentativa de apoiar as empresas brasileiras, de gerar emprego e de renda para o Brasil. No caso das exportações, o tema relaciona-se ainda com o ingresso de divisas no país.

O financiamento do BNDES à exportação tem o objetivo de custear bens e serviços de maior valor agregado e não no mercado de *commodities*, que conta com outros tipos de aporte. O Banco busca também aumentar a base de empresas exportadoras. A fonte de recurso do BNDES é o FAT, portanto, deve estar alinhado aos objetivos do Fundo. Neves explicou a diferença entre duas linhas de atuação do BNDES. Uma é a chamada pré-embarque, que é o crédito ao exportador para produzir e exportar e, depois, o empresário quita com os recursos da própria venda. A outra linha é a de comercialização, ou seja, para financiar o comércio de bens e serviços brasileiros no exterior. Nesse caso, o prazo pode ser de 5 a 15 anos, que variam de acordo com o que está sendo apoiado. Citou, como exemplo, uma hidrelétrica que pode ter um prazo de maturação mais longo. Para o BNDES, há vários benefícios nesse campo de atuação: impacto na cadeia de fornecedores; estímulo para aquisição de bens e serviços brasileiros; exportações indiretas; tecnologias assimiladas no exterior. Neves destacou ainda a importância da internacionalização das empresas, porque “algumas não sobrevivem” apenas do mercado doméstico e precisam exportar.

A dinâmica de financiamento do Banco à exportação funciona da seguinte forma: o exportador, após ter celebrado contrato de fornecimento, contata o BNDES, que não interfere na relação comercial. Posteriormente, o exportador solicita a cobertura do seguro e o financiamento. Após essa etapa, o Banco desembolsa o recurso para o exportador. Ao contrário de outras agências de crédito à exportação, o BNDES não financia gastos no exterior no local onde o empreendimento será realizado. Neves contou que o principal destino dos recursos atualmente são os Estados Unidos, em razão dos negócios com a Embraer, seguido da Argentina, quando somados os serviços com a parte de bens e equipamentos, a exemplo de materiais para metrô e hidrelétrica. Segundo ele, desde que o banco começou a apoiar a exportação em 1992, os desembolsos do BNDES totalizaram USD 38,5 bilhões, dos quais USD 28 bilhões foram destinados para aviação e USD 10 bilhões para serviços.

Ao se referir à efetividade dos financiamentos do BNDES, Neves informou que a instituição pretende lançar, em breve, um estudo para apresentar os impactos da atuação do Banco no Brasil, como por exemplo, no campo de fornecimento de serviços de engenharia e na exportação de alguns bens específicos como turbinas, gasoduto e oleoduto. Ressaltou que são mais de 4.800 fornecedores, e desses 60 por cento são micro, pequena ou média empresa. O impacto positivo também se reflete na questão salarial e na diminuição de demissões de funcionários nas empresas.

Por fim, Neves esclareceu que, por vezes, há certa confusão, com relação ao papel do BNDES, que é comparado com instituições, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento ou o Banco Mundial, que são bancos multilaterais de desenvolvimento. Ao passo que o BNDES é um banco de desenvolvimento brasileiro e que, eventualmente, poderia ser comparado à agência de crédito à exportação para a promoção de bens e serviços brasileiros no exterior.

Mesa 3 — Crédito Concessional — Debate

Moderador:

- **João Antônio dos Santos Lima:** Consultor da Cepal no Ipea

Debatedores:

- **Ernani Teixeira:** Professor do Instituto de Economia da UFRJ
- **Luiz Filipe de Castro Neves:** Gerente de Avaliação e Efetividade dos Financiamentos à Exportação, BNDES
- **João Brígido Bezerra Lima:** Coordenador do Estudo sobre os créditos para exportação de serviços de infraestrutura econômica em países estrangeiros, Ipea
- **José Alejandro Sebastian Barrios Díaz:** Pesquisador Bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional, Ipea

Sessão de debate da plateia com os panelistas: A sessão de debate foi aberta com um comentário de Phillipe Orliange — Representante Regional da AFD para Brasil e Argentina e Diretor da agência da AFD em Brasília — a respeito da dimensão histórica do financiamento para o desenvolvimento. Segundo ele, a criação de instituições públicas para direcionar o crédito para as poupanças remonta ao século XIX e a AFD foi criada em 1941, com o Banco Central do Governo Francês e como banco de desenvolvimento em 1942, antes mesmo do Banco Mundial.

Ele destacou ainda que o sistema nacional de fomento da França, Alemanha e Itália integra, de certa maneira, a atuação internacional e doméstica. Para o acompanhamento financeiro ajustado no Acordo de Paris, as instituições que atuam nas

duas áreas são muito mais importantes e são "figuras do futuro". Por sua vez, José Eduardo Malta de Sá Brandão questionou qual seria o melhor mecanismo para contabilizar as cooperações não financeiras.

O moderador e Consultor da Cepal João Antônio esclareceu que, no relatório do estudo apresentado, as datas e as classificações dos bancos foram detalhadas, referindo-se à intervenção de Orliange. Ele reiterou que, sob o ponto de vista da Cooperação Internacional, o BNDES não faz cooperação tendo em conta que o desembolso retorna de forma integral. No entanto, se a discussão versar sobre quais os recursos empregados para o alcance das metas dos ODS, Lima considera necessário rever conceitos, métodos e bases empíricas. Para ele, os gastos do BNDES poderiam ser classificados como outros fluxos financeiros oficiais, para diferenciá-los da Cooperação Internacional e ainda mensurá-los.

João Brígido Bezerra Lima disse ser possível promover a reflexão e rever conceitos, mas sem que isso reduza a discussão. Para ele, é importante realinhar o Cobradi a fim de incluir as questões da agenda climática, por exemplo. Por sua vez, Luiz Filipe de Castro Neves reforçou que o objetivo e o efeito do apoio do BNDES é produzir trabalho e renda no Brasil e não nos países estrangeiros. Dessa forma, a atuação do Banco pode ser considerada Cooperação Internacional e que há algumas dificuldades na comunicação para envio e debates sobre resultados e dados.

Para encerrar, José Eduardo Malta de Sá Brandão comentou que a ideia original do estudo era verificar qual seria o crédito concessional brasileiro na Cooperação Internacional e que a conclusão foi justamente o contrário. Ou seja, que não há concessionalidade, porque o recurso é todo reintegrado e as taxas de juros são mais elevadas que as praticadas no mercado internacional. Ele questionou o representante do BNDES se haveria concessionalidade interna (no Brasil), ao passo que Luiz Filipe de Castro Neves respondeu que o BNDES não pratica nenhum tipo de crédito concessional.

7.2 Segundo dia: 13 de dezembro de 2018

Mesa 4 — Fluxos de recursos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento destinada ao Brasil e o desenvolvimento sustentável

Moderador:

- **José Eduardo Malta de Sá Brandão:** Diretor-Adjunto, Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Ipea

Debatedores

- **Roberto Neves Sant'Anna:** Assessor de Relações Institucionais e Internacionais, IBGE
- **Giorgio Gualberti:** Analista de Cooperação para o Desenvolvimento, OCDE
- **Pali Jobo Lehohla:** Consultor Internacional e fundador do *Pan African Institute for Evidence*

Resumo da sessão: O segundo dia do Seminário foi dedicado a analisar os fluxos do desenvolvimento destinados ao Brasil com base nos ODS. O moderador José Eduardo Malta de Sá Brandão, Diretor-Adjunto da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Ipea, explicou que os desafios na área são muitos, especialmente porque ainda não existem metodologias bem definidas para conseguir relacionar os fluxos de recursos aos ODS.

O Assessor de Relações Institucionais e Internacionais, IBGE, Roberto Neves Sant'Anna, estruturou sua apresentação nas classificações dos setores destinados ao desenvolvimento, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), e na coleta de dados do desenvolvimento sustentável. Ele explicou que a CNAE é oficialmente adotada pelo IBGE e pelo Sistema de Estatística Nacional, para classificar as atividades por segmentos econômicos. A classificação também é adotada pela administração pública na identificação das atividades econômicas em cadastros e registros de pessoas jurídicas, não sendo algo exclusivo do Sistema Estatístico. O IBGE é o órgão gestor da CNAE, faz parte de grupos internacionais de classificações e opera com a Secretaria da Receita Federal, no âmbito da administração pública.

Além de classificar as atividades econômicas, a CNAE é utilizada em estatísticas sociodemográficas. Para o uso pela administração pública, ela teve que ser adaptada e foram criadas subclasses. A CNAE é padronizada internacionalmente de acordo com parâmetros definidos pela ONU. Sant'Anna destacou a importância da padronização internacional, visto que a classificação é um dos pilares para a harmonização das estatísticas nacional ou internacional. Em termos de estrutura, a CNAE possui cinco níveis: seção, divisão, grupo, classe e subclasse. Cada atividade econômica classificada tem um código

específico. Por exemplo, a atividade de comércio atacadista possui um código, e o comércio atacadista de produtos alimentícios possui outro.

Quanto ao papel do IBGE no cenário internacional, Sant'Anna explicou que o Instituto participa de um grupo de especialistas, formado pelo grupo de estatísticas da ONU que tem como objetivo discutir e apresentar a estrutura de indicadores globais dos ODS. Nesse grupo, o Brasil participa como representante do Mercosul e do Chile. Em 2019, haverá uma grande revisão dos indicadores para apresentação à Comissão de Estatística em 2020. O mesmo processo será repetido em 2025. No entanto, não é esperado um aumento no número de indicadores, mas haverá revisões metodológicas e refinamentos, assim com uma ampla discussão sobre fluxos de dados que impactam as metodologias para pesquisas.

Sant'Anna destacou que a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), o IBGE e o Ipea são as instituições de assessoramento permanente no Brasil no âmbito da Agenda 2030, destacando a responsabilidade do IBGE na orientação do debate dos indicadores globais, na coleta e produção de dados para monitorar os indicadores nacionais e na proposição de sugestões. Nesse sentido, cada um dos ODS tem um Coordenador-Adjunto específico nas diretorias do IBGE.

Por fim, o IBGE participa ainda na produção de conteúdo relacionado com a Agenda 2030. Em abril de 2018, foi lançada uma plataforma digital e interativa, com mapas, resumos dos dados e de pesquisas do IBGE, que está sendo adaptada para que seja a plataforma oficial dos ODS para o Brasil. Por sua vez, José Eduardo Malta de Sá Brandão disse que a CNAE é o mecanismo brasileiro para classificar todas as estatísticas brasileiras e está adaptada aos padrões internacionais. Salienta que a plataforma é a ferramenta oficial da CNODS e tem sido bastante útil para acompanhar como os indicadores têm sido desenvolvidos e revisados à medida que os dados são coletados e analisados.

Link para a apresentação: <<https://bit.ly/2UTka0a>>.

Resumo da palestra de Pali Jobo Lehohla, Consultor Internacional e fundador do PAN African Institute for Evidence:

Em sua palestra, Dr. Lehohla defendeu a adoção de uma linguagem comum para a mensuração dos ODS. Segundo ele, diante do que foi proposto, a África não estava preparada para alcançar as metas, ainda que estivesse desenvolvendo alguns trabalhos. Para ele, cada meta deveria ter mais de um indicador. Nesse sentido, o atual esquema ainda é falho e é necessário pensar no ecossistema dos ODS. A responsabilidade dos questionamentos apontados por ele não é dos estatísticos, mas dos profissionais que criam a tecnologia e não conversam com as pessoas que vão de fato usá-las. Para ele, a tecnologia não pode substituir a pessoa, o estatístico.

Dr. Lehohla considera ainda que a participação de empresas multinacionais interfere no cálculo do PIB dos países, de forma que dificulta a avaliação da questão dos fluxos e indicadores e avaliação dos ODS. Ele citou o Brasil e o México como exemplo de países que conseguiram dar passos adiante para sanar as dificuldades que perduram em países da África.

Apesar de considerar os ODS cruciais para criação de uma Agenda Global de desenvolvimento sustentável, ele ressalta que, se não forem resolvidos os problemas políticos acerca dos ODS, não haverá, de fato, aplicação e resultados. Por sua vez, o moderador destacou a questão da produção não uniforme de dados, de acordo com as dificuldades de cada país. Para ele, o TOSSD pode ser uma forma de uniformizar algumas das estatísticas.

Resumo da apresentação de Giorgio Gualberti, Analista de Cooperação para o Desenvolvimento da OCDE: Na condução de uma nova apresentação sobre o TOSSD, Dr. Gualberti esclareceu como a metodologia TOSSD está sendo preparada para receber dados dos países assim com as dificuldades que existem. A ideia principal é fazer uma nova base de dados e não necessariamente reaproveitar o que já tem sido feito no âmbito do DAC para os ODS. O objetivo do TOSSD é criar uma linguagem em comum. No entanto, para o TOSSD ser aceito como a metodologia oficial é preciso ter dados robustos. Por isso, a ferramenta será em breve testada a partir de dados que estão sendo produzidos para demonstrar como e se a metodologia vai funcionar.

O representante da OCDE apresentou uma linha do tempo da aplicação da metodologia, que apresentaria, já em junho de 2019, resultados acerca da efetividade da metodologia. Dr. Gualberti ressaltou que os países terão de fazer esforços para manter a base de dados atualizada sobre os projetos, que é composta por itens de monitoramento tais como: modalidades, descrição do projeto, moeda utilizada, o compromisso financeiro, entre outros.

São dois os pilares de atividades do TOSSD: o primeiro são os fluxos internacionais de um país para o outro; e o segundo, os ODS. O TOSSD apresentará uma estimativa dos financiamentos privados mobilizados para financiamento público, informação que não consta hoje na ODA. Esse tipo de monitoramento poderia auxiliar países que ainda não possuem ou fornecem todos

os dados. No TOSSD, seriam aceitos dados parciais, visto que é muito importante fazer esse monitoramento. Entre os tipos de dados a serem recolhidos estão: ano, instituição, país, agência que vai fazer a transação comercial, identificação dos projetos, entre outros.

Outra funcionalidade do TOSSD, que não se apresenta na ODA, é a criação de um identificador para registrar o endereço eletrônico dos projetos de Cooperação Internacional monitorada, uma vez que, em muitos casos, existem esses *sites*. Haverá ainda um campo para os ODS e para a classificação dos setores.

A equipe do TOSSD fará uma análise mais apurada dos países membros do DAC, os que dispõem de dados e para os que não fazem parte do Comitê. Ele disse ainda que haverá a possibilidade de fazer cálculos sobre a cooperação técnica e concluiu ressaltando que será feito um esforço para a conversão dos dados com a finalidade de ajudar os países a migrarem para a nova tecnologia do TOSSD.

Link para a apresentação: <<https://bit.ly/2UTz0Ux>>.

Resumo da palestra de José Eduardo Malta de Sá Brandão, Diretor-Adjunto da Dinte, Ipea: Em sua palestra de encerramento, Dr. Brandão propôs analisar como que a ajuda da Cooperação Internacional para o Brasil pode ser vista do ponto dos ODS, pois o país é um grande receptor de ajuda internacional. Ele destacou as várias metodologias existentes para análise de dados e informações inclusive acerca do PIB e citou a inexistência de sistema de contabilização de recursos e de projetos que entram no país. Para ele, sem os dados confiáveis não será possível analisar como os recursos estão sendo aplicados de forma correta e eficaz para o alcance dos ODS.

Dr. Brandão explicou que os estudos conduzidos pela Dinte se debruçaram, exatamente, nessa busca por dados, para poder analisar a aplicação de recursos para a consecução dos ODS. Para isso, os pesquisadores escolheram como fonte confiável os dados da OCDE, embora haja outras fontes. Na etapa seguinte, foram formuladas duas abordagens: a primeira foi identificar o que tem marcado na ajuda para o desenvolvimento sustentável; e a segunda, como associar os recursos que estão marcados com os ODS e as metas associadas aos objetivos.

Com base no indicador do PIB escolhido, o Brasil compõe a lista de países de médio e alto desenvolvimento e, portanto, é receptor da Cooperação Internacional para o desenvolvimento. Ressaltou que, apresentando dados da OCDE de 2014 a 2016, em 2016, o país recebeu em torno de USD 880 milhões em ajuda. Embora o valor tenha diminuído, segue muito significativo. Brandão, apresentando as informações contidas no estudo, destacou que a França é o segundo maior doador individual de recursos para o Brasil, atrás apenas da Alemanha.

Para ele, chama a atenção para que o que pode ser feito após as análises das estatísticas e dos dados para as métricas. Brandão disse que o único sistema brasileiro que faz registro sobre a Cooperação Internacional é o da ABC, que não conta com uma taxonomia própria. Nesse ponto, ele elogiou o modelo usado na Colômbia, que se serviu de três bases de dados para monitorar e condensar dados acerca do montante recebido pelo país a título de doação de recursos mobilizados para o desenvolvimento sustentável. Com base nesse sistema, a Colômbia conseguiu identificar o montante de recurso mobilizado para o desenvolvimento. Assim, o país identificou que o maior volume de ajuda recebida foi para segurança, ou seja, o ODS16.

Com base nos dados do "AidData", adotado na experiência colombiana, foi possível identificar que, de 2000 a 2013, segurança também foi o ODS que mais recebeu ajuda internacional no Brasil. Ele disse ainda ter sido possível separar e identificar os doadores e citou a França, que desembolsou, no mesmo período, o montante de USD 1,4 bilhão.

Para Brandão, o estudo fornece uma base inicial de dados a ser trabalhada, mas que ainda não é oficial. Além disso, toda a classificação foi feita manualmente, verificando os títulos dos projetos e correlacionando-os com os ODS específicos. Por não ser a oficial, essa classificação, que não está decomposta em metas, mas apenas nos objetivos, inspira ainda mais cuidados antes de ser divulgada. Outro limitador é que os dados apurados são até 2013, ao passo que o marco inicial dos ODS é o ano de 2015, ainda sem dados.

Para os projetos propostos a partir daqueles para 2019 e 2020, Brandão entende que a nova métrica da TOSSD terá meios de fornecer dados mais detalhados e eficientes, ainda que nem todos os países adotem essa classificação. Para ele, o estudo e o debate em questão não representam fim, mas um começo para repensar os dados e as classificações e abriu para debate.

Link para a apresentação: <<https://bit.ly/2R7n9TC>>.

Sessão de debate da plateia com os panelistas: A sessão de debate entre os panelistas e o público presente foi aberta com uma rodada de discussão sobre as possíveis metodologias de classificação.

O Dr. Gualberti falou sobre o estudo em andamento que calcula probabilidades de associação dos projetos, de forma direta ou indireta, com um ou mais ODS.

O Dr. Brandão ressaltou que os projetos podem ser classificados em mais de um objetivo e várias metas. Ele afirmou que a atual classificação por setores econômicos é insuficiente para associar os projetos aos ODS, sendo necessário analisar o impacto dos projetos.

O Sr. Roberto Sant'Anna disse que o principal entrave é a falta de critérios e normas para a classificação, levando ao risco de erros de associação. Ele afirmou que outro desafio é evitar a dupla contagem de recursos, uma vez que um mesmo projeto pode estar associado a mais de um ODS. Também devem ser pensadas a agregação e a desagregação para fins de cálculos estatísticos e comparabilidade.

O Dr. Pali Lehohla disse que também concorda que os padrões atuais não conseguem superar os desafios da classificação dos projetos com os ODS. A principal questão é identificar as contribuições do projeto para os objetivos.

O Dr. Brandão acrescentou que o termo taxonomia não é o mais adequado para tratar do assunto, uma vez que o conceito implica que um objeto deve pertencer a uma única classe, o que não é o caso dos ODS. O Dr. Gualberti concordou que a agenda 2030 é fundamentada na inter-relação entre os objetivos e afirmou que os ODS são uma lista de intenções políticas e não uma classificação estatística.

Em seguida, o moderador abriu para perguntas da plateia. Foi questionada a inclusão de geolocalização dos projetos nos bancos de dados da OCDE. O Dr. Gualberti disse que é importante a geolocalização, como no caso do Brasil, mas ainda não existe um sistema. Contudo, há um estudo em curso, em conjunto com o Banco Mundial, que será apresentado à força-tarefa internacional do TOSSD. O Dr. Brandão acrescentou que um desafio na geolocalização é a inclusão de projetos que envolvem mais de um país e aqueles que têm impacto regional ou global.

Ao encerrar a última sessão do evento, o Dr. Brandão agradeceu a contribuição dos convidados e o esforço do IPC-IG e da AFD para realizar o evento e viabilizar os estudos realizados em conjunto com o Ipea.



International Policy Centre for Inclusive Growth

SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 13º andar
70076-900 Brasília, DF - Brazil
Telephone: +55 61 2105 5000

publications@ipc-undp.org ■ www.ipcig.org